

Global Education in Portugal – GENE, 2014

Sumário Executivo

Observações e Recomendações Chave

Tradução da responsabilidade da Comissão de Acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento e do GENE.

Sumário Executivo

Este relatório nacional sobre a Educação Global em Portugal faz parte do processo de *Peer Review* (revisão pelos pares) à Educação Global Europeia, iniciado em 2002 com o objetivo de aumentar e melhorar a Educação Global na Europa. Este relatório é o culminar de um processo de *Peer Review* dirigido por uma equipa internacional. Através de um processo de pesquisa e de várias entrevistas com as principais partes interessadas, foi recolhida informação e foram elaboradas perspetivas críticas sobre o estado atual da Educação Global em Portugal, assim como sobre as possibilidades de desenvolvimento futuro. Este processo, facilitado pelo GENE (Global Education Network Europe), foi realizado em cooperação com o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP (Camões, IP), o Ministério de Educação e Ciência, o CIDAC e a Plataforma Portuguesa das ONGD, enquanto interlocutores nacionais.

Este relatório do *Peer Review* visa explicitar a aprendizagem política que resulta do processo, com o objetivo de produzir observações e recomendações que serão úteis para as partes interessadas portuguesas no seu percurso, até ao dia em que todas as pessoas em Portugal tenham acesso a uma Educação Global de qualidade. Também visa enfatizar a importância das boas práticas e da aprendizagem comparativa de políticas para todos os envolvidos na Educação Global e na Educação para o Desenvolvimento noutros países europeus e noutros continentes.

O relatório é estruturado da seguinte maneira: o Capítulo 1 apresenta uma introdução ao relatório e ao processo em geral; o Capítulo 2 esboça o contexto da Educação Global em Portugal; o Capítulo 3 examina a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento em Portugal; o Capítulo 4 apresenta as linhas gerais das principais observações e recomendações fundamentais do *Peer Review*. No relatório fazemos um resumo de algumas das principais conclusões e recomendações.

A equipa do *Peer Review* reconhece o forte e contínuo apoio político – incluindo um grande interesse parlamentar interpartidário – e o forte compromisso institucional para com a Educação para o Desenvolvimento e a Educação Global em Portugal. Este apoio reflete-se na composição de vários grupos de trabalho que participaram na Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED).

Portugal tem uma excelente Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento. A elaboração da Estratégia foi caracterizada por uma fase inicial de formulação altamente participativa. Isto já deu frutos em termos de clareza concetual – um processo que continua – e uma forte apropriação. Há também uma ênfase significativa no acompanhamento, na revisão e na avaliação. O relatório de acompanhamento de 2010-11 mostra como a forte ênfase colocada no acompanhamento e na melhoria do sistema está a ser posta em prática. Os atores portugueses merecem ser reconhecidos por esta ênfase e deveriam assegurar que ela conduza a uma boa implementação e ao aumento de qualidade.

O *Peer Review* recomenda que a competência do Camões, IP neste domínio, desenvolvida ao longo de muitos anos no quadro da sua Divisão de Apoio à Sociedade Civil, continue a ser desenvolvida e que esta Divisão se mantenha a liderar o processo da Estratégia Nacional (em cooperação com os outros membros da Comissão de Acompanhamento da ENED). A Divisão tem credibilidade para o fazer com todas as partes interessadas: isto deveria ser mais explorado e reforçado.

O relatório do *Peer Review* reconhece a necessidade de capacitação no seio de todas as instituições a fim de assegurar a continuação do bom trabalho que já foi realizado na fase inicial da implementação da Estratégia Nacional. Tal tem sido reconhecido pela Comissão de Acompanhamento e pelo Grupo Alargado (das entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED) à medida que avançam com a sua implementação.

Reconhecendo as restrições económicas e financeiras atualmente enfrentadas por países europeus, este relatório reconhece também os grandes progressos já feitos no que diz respeito à Educação para o Desenvolvimento e à Educação Global em Portugal, e a qualidade e potencial da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento. Nesta perspetiva, o *Peer Review* recomenda que seja formulado um plano para aumentar a dotação financeira.

O *Peer Review* recomenda que os que trabalham no setor do ensino formal também façam uso das atuais oportunidades para dar a conhecer a Educação para o Desenvolvimento a todos os estudantes em Portugal, aproveitando as oportunidades de integração da Educação para o Desenvolvimento em todas as áreas disciplinares.

O *Peer Review* também recomenda que as ONG especializadas na Educação para o Desenvolvimento e na Educação Global estabeleçam projetos abrangentes de parceria com as organizações da sociedade civil e com as organizações e associações da educação formal e não formal (jovens, sindicatos, associações de consumidores, empregadores, empresas, etc.)

Reconhecendo o forte conhecimento, apoio e compromisso parlamentar, em relação a este campo de trabalho, o *Peer Review* recomenda que tal seja aprofundado. No relatório é feito um certo número de sugestões práticas assentes em discussões com os membros de duas Comissões Parlamentares e de um Grupo Parlamentar.

Estas e outras observações e recomendações do *Peer Review* estão contidas no quarto capítulo do relatório.

Sugere-se que as recomendações do *Peer Review* contidas neste relatório (e qualquer outra recomendação que as partes interessadas nacionais possam elaborar em resposta) estimulem futuros debates e reflexões críticas sobre a Educação para o Desenvolvimento e a Educação Global em Portugal, tal como aconteceu com os *Peer Review* relativos a outros países. A equipa do *Peer Review* acredita que existem verdadeiros desafios, mas também oportunidades significativas para a Educação para o Desenvolvimento e a Educação Global em Portugal. O Secretariado e a equipa do *Peer Review* continuarão disponíveis para os parceiros nacionais do processo, para aconselhar e apoiar iniciativas de acompanhamento que possam surgir como resultado do *Peer Review* e das suas recomendações.

É também evidente que a experiência da Educação para o Desenvolvimento e Educação Global em Portugal, evidenciada neste relatório, proporcionará exemplos de inovação e possibilidades de aprendizagem para outras pessoas envolvidas na Educação para o Desenvolvimento e na Educação Global na Europa.

Observações chave

1. A equipa do *Peer Review* registou as transformações significativas ocorridas nas realidades políticas, económicas e sociais em Portugal, na Europa e em todo o mundo desde a elaboração da primeira Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, em 2009.
2. Continua a existir um forte e continuado apoio à Educação para o Desenvolvimento e à Educação Global em Portugal. É exemplo disto o apoio ao mais alto nível, através do forte

- compromisso do governo, refletido nos encontros tidos com o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e o Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário durante o processo do *Peer Review*.
3. Há também um apoio interpartidário extremamente forte. Tanto a Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas como a Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura mostram interesse, conhecimento e apoio à Educação para o Desenvolvimento. Isto é também evidente no caso do Grupo de Trabalho interpartidário sobre a População e Desenvolvimento. A equipa do *Peer Review* congratula e observa um forte apoio parlamentar à Educação para o Desenvolvimento e à Educação Global em Portugal.
 4. Há igualmente um alto nível de apoio institucional à Educação para o Desenvolvimento e à Educação Global, que se reflete na variedade de participantes que foram envolvidos nos dois grupos de trabalho que elaboraram a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED). O Grupo de Trabalho 1 incluía o Camões, IP, o Ministério da Educação e Ciência, o CIDAC e a Plataforma das ONGD, enquanto o Grupo de Trabalho 2 era composto por estas quatro organizações mais onze organizações e instituições (consultar o capítulo 3 para ver a lista). O relatório do *Peer Review* observou também o compromisso da Comissão de Acompanhamento da ENED e do Grupo Alargado que aderiu à implementação da ENED.
 5. Existe um compromisso forte, vibrante e diverso da sociedade civil para com a Educação para o Desenvolvimento e a Educação Global, incluindo por parte das organizações envolvidas no Grupo de Trabalho de Educação para o Desenvolvimento da Plataforma das ONGD, assim como doutros setores e organizações da sociedade civil. No entanto, também é preciso reconhecer que o contexto político, económico e social de Portugal e a disponibilidade mais limitada de fundos conduziram à fragilidade do terceiro setor, incluindo as ONG dedicadas à Educação para o Desenvolvimento e à Educação Global. Se, em consequência, se perder capacidade neste setor, será muito difícil recuperá-la.
 6. Portugal tem uma excelente Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED). A elaboração da Estratégia foi caracterizada por uma fase de formulação inicial altamente participativa. Isto deu frutos em termos de clareza concetual (um processo que continua) e de uma forte apropriação. Há também uma ênfase significativa no acompanhamento, na revisão e na avaliação. O relatório de acompanhamento de 2010-11 mostra como a forte ênfase colocada no acompanhamento e na melhoria do sistema está a ser posta em prática. Os atores portugueses merecem ser reconhecidos por esta ênfase e deveriam assegurar que ela conduza a uma boa implementação e ao aumento de qualidade.
 7. O Plano de Ação da Estratégia também levou a um maior progresso em termos da integração da Educação para o Desenvolvimento no sistema educativo, com a assinatura de três protocolos e contratos-programa, em concreto:
 - a) O protocolo entre o Camões, IP e o Ministério da Educação e Ciência, que é altamente estratégico e inclui planos para a integração da Educação para o Desenvolvimento em todos os níveis de educação, do pré-escolar ao secundário;
 - b) O contrato-programa entre o Camões, IP e o Ministério da Educação e Ciência, o CIDAC e a Fundação Gonçalo da Silveira;
 - c) O contrato-programa entre o Camões, IP e a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, centrado na tarefa de acompanhamento da Estratégia Nacional.
 8. Todas as partes interessadas reconhecem o importante papel de liderança da Divisão de Apoio à Sociedade Civil (antigamente no quadro do IPAD, agora no Camões, IP) e do CIDAC na elaboração e implementação da Estratégia Nacional. Esta forma de 'liderança aberta' – mantendo e oferecendo orientação, sendo ao mesmo tempo inclusiva, acolhendo todas as partes interessadas – constitui um modelo distinto de boa prática. O compromisso e envolvimento importantes das outras partes interessadas no Grupo de Trabalho original

(agora, Comissão de Acompanhamento da ENED), e a relação íntima de trabalho que se desenvolveu entre os seus quatro intervenientes o Camões, IP, o Ministério da Educação e Ciência, o CIDAC e a Plataforma das ONGD – foram cruciais para o desenvolvimento da Estratégia e para a sua implementação.

9. A fusão do Camões, IP com o IPAD está ainda na fase inicial. A fusão oferece oportunidades assim como desafios para o importante trabalho de integrar e aumentar a consciência pública sobre a Educação para o Desenvolvimento e a Educação Global. A convergência da cultura, da língua, da educação, do comércio e do desenvolvimento pode fornecer novas oportunidades para o entendimento da relação entre estes fatores.
10. As relações comerciais também criam oportunidades para o reforço do comércio justo; um setor que impulsionou fortes iniciativas de Educação Global noutros países. As relações portuguesas com os países do sul global, especialmente com os países de língua portuguesa de África, da Ásia e da América Latina, mostram que Portugal tem laços fortes e ricos com estes países, incluindo as importantes comunidades de imigrantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Timor-Leste, Guiné-Bissau, Macau e Moçambique. As comunidades imigrantes de várias gerações fornecem uma riqueza de experiências próximas, que, noutros países, conduziram a uma prática da Educação para o Desenvolvimento mais robusta, mais enraizada e mais culturalmente articulada e diversa. Há aqui uma margem para um envolvimento mais significativo e mais sistemático das comunidades imigrantes em Portugal na implementação da ENED.
11. No que diz respeito ao financiamento, existe um empenho político claro em manter os fundos ao nível atual. Reconhece-se que o MNE tem mantido este financiamento apesar das reduções severas noutras áreas da cooperação para o desenvolvimento. O *Peer Review* também observa que o sucesso da Estratégia Nacional e o facto do Ministério da Educação e Ciência ter começado a integrar a Educação para o Desenvolvimento em todos os níveis do sistema educativo, significam que Portugal está atualmente numa fase muito positiva do desenvolvimento da Educação para o Desenvolvimento. No entanto, o reforço do financiamento será necessário se se quiser cumprir o potencial criado pela Estratégia Nacional.
12. Tendo em conta a política governamental portuguesa no que toca à relação entre a cultura, a economia e a política externa, poderá haver uma oportunidade para se encontrar outras fontes de financiamento/investimento na Educação Global, na Educação para o Desenvolvimento e na ENED, na medida considerada apropriada pelas entidades portuguesas competentes.

Recomendações chave

1. A transformação das realidades sociais, económicas e políticas em Portugal deve ser tida em conta em quaisquer reorientações da Estratégia. O novo contexto, e as interpretações do mundo que estão a emergir, deveriam informar os conteúdos, o processo e as estratégias utilizadas para a integração e a promoção da Educação para o Desenvolvimento.
2. A fim de assegurar a continuação do bom trabalho já realizado na fase inicial da implementação da Estratégia Nacional, a capacitação é uma prioridade para todas as instituições. Tal foi reconhecido pela Comissão de Acompanhamento da ENED e pelo Grupo Alargado, a partir da experiência de implementação que têm prosseguido.
3. Manter o impulso dado à integração da Educação para o Desenvolvimento e da Educação Global em todos os níveis da educação formal, assim como na educação não formal, não poderá acontecer sem uma liderança política conhecedora e competente. O *Peer Review* recomenda que a competência do Camões, IP neste domínio, desenvolvida ao longo de muitos anos no quadro da sua Divisão de Apoio à Sociedade Civil, continue a ser desenvolvida e que esta Divisão se mantenha a liderar o processo da Estratégia Nacional (em cooperação com os outros membros da Comissão de Acompanhamento da ENED). A

- Divisão tem a credibilidade para o fazer com todas as partes interessadas; tal deveria ser mais explorado e reforçado.
4. Um dos pontos fortes do processo da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento tem sido a ampla participação das partes interessadas. Tal poderia ser reforçado e aprofundado através de um compromisso contínuo, através do acompanhamento e do planeamento e por via de iniciativas comuns concretas (tais como as Jornadas e o Fórum de Educação para o Desenvolvimento). Também poderia ser concretizado através de projetos comuns, com objetivos bem definidos, envolvendo um certo número de organizações do Grupo Alargado que estão empenhadas em implementar a Estratégia.
 5. Reconhecendo que a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento oferece fortes oportunidades para a integração e reconhecendo também o compromisso político de manter a disponibilização de fundos, torna-se evidente a necessidade de planear um aumento da dotação financeira. Na realidade, é preciso considerar um reforço do financiamento, que corresponda à qualidade e à ambição da Estratégia Nacional. O financiamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros (através do Camões, IP) deveria, tal como noutros países, continuar a ser a força motriz estratégica neste domínio. No atual clima económico internacional, existe também a necessidade de assegurar que os recursos disponíveis existentes são maximizados.
 6. Além da necessidade de mais financiamento, é também preciso considerar a possibilidade de uma maior integração nos sistemas e processos existentes, medidas que são, em grande parte, neutras em termos de custos. Por exemplo, os planos nacionais existentes (saúde, combate à violência, etc.) podem ser considerados na perspetiva do seu potencial para a Educação para o Desenvolvimento; é possível utilizar o conhecimento aprofundado da Educação para o Desenvolvimento e da Educação Global para integrar perspetivas globais nas iniciativas existentes nos setores e campos que estejam relacionados.
 7. No quadro do orçamento nacional para apoio a projetos de Educação para o Desenvolvimento, as autoridades portuguesas garantem o cofinanciamento às organizações que conseguem obter financiamento da UE neste domínio. No entanto, as autoridades portuguesas não utilizam um orçamento adicional para o efeito. A vantagem desta abordagem é que o financiamento ao nível nacional pode ser maximizado. Todavia, a menos que esta abordagem seja acompanhada por fundos nacionais adicionais e uma linha orçamental separada, surgirá o problema de os fundos disponíveis serem desviados das prioridades nacionais para as estratégias europeias. É importante assegurar que a Estratégia Nacional tem precedência e que a diversidade não diminui (porque as ONG mais pequenas podem não ter acesso ao cofinanciamento da UE). A experiência de outros países na mediação destas tensões ao nível do financiamento - assegurando um financiamento adequado para as iniciativas nacionais e maximizando ao mesmo tempo a obtenção de fundos europeus - poderá ser pertinente.
 8. Deveriam realizar-se mais projetos e iniciativas bilaterais ou intersetoriais, conjuntos e concertados. Em particular, as ONG com mais experiência na Educação para o Desenvolvimento e na Educação Global deveriam envolver-se em projetos abrangentes em parceria com Organizações da Sociedade Civil e com organizações e associações da educação formal e não formal (jovens, sindicatos, associações de consumidores, empregadores, empresas, etc.).
 9. Reconhecendo o árduo trabalho em curso no campo da educação formal, há potencial para uma integração mais aprofundada da Educação para o Desenvolvimento no sistema educativo, nos níveis pré-escolar, básico e secundário (2014), através da elaboração de orientações curriculares (Referencial de Educação para o Desenvolvimento). O *Peer Review* recomenda que aqueles que trabalham no setor da educação formal também façam uso das atuais oportunidades para dar a conhecer a Educação para o Desenvolvimento a todos os estudantes de Portugal, revendo as oportunidades para a integração da Educação para o Desenvolvimento em todas as áreas disciplinares, especialmente no ensino do Português, da

- Matemática, do Inglês e de todas as Ciências (como uma dimensão da Educação para a Cidadania, facilitada por uma abordagem transversal ao currículo).
10. No seguimento das reuniões entre a Equipa do *Peer Review* e várias Comissões Parlamentares, o *Peer Review* recomenda o seguinte:
- O forte conhecimento e apoio parlamentar, e o seu compromisso notável nesta área, deveriam ser aprofundados;
 - As Comissões Parlamentares de Educação, Ciência e Cultura e de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (assim como outras Comissões como, por exemplo, a dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias), poderiam considerar a possibilidade de criar um grupo de trabalho conjunto a fim de tornar visível, acompanhar e refletir sobre o apoio parlamentar à Educação para o Desenvolvimento;
 - Procurar apoio parlamentar para a proposta da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República para que no quadro das edições anuais do Parlamento dos Jovens se considere um tema relacionado com a Educação para o Desenvolvimento. Este *Peer Review* apoia, respeitosamente, esta sugestão dos deputados;
 - O *Peer Review* também tomou nota da proposta que surgiu das discussões com os parlamentares a respeito da introdução da Educação para o Desenvolvimento nas juventudes partidárias. Os deputados de vários partidos políticos propuseram a realização de atividades sobre Educação para o Desenvolvimento no quadro dos seus próprios programas, assim como a possibilidade de uma iniciativa interpartidária, talvez em conjunto com o Conselho Nacional da Juventude. Embora não queira, de maneira alguma, sugerir aos partidos políticos o teor do seu programa de trabalho, o *Peer Review* tomou nota e apoia estas sugestões dos parlamentares e recomenda que sejam consideradas por todos os partidos políticos.
11. O *Peer Review* considera que as possibilidades que emergem da aplicação da Estratégia no sistema educativo necessitam de uma resposta adequada, coordenada e estratégica à formação inicial dos professores. Este *Peer Review* recomenda que se explore a possibilidade de uma das Escolas Superiores de Educação desempenhar um papel dinamizador no encorajamento de uma partilha sistemática de perspetivas neste campo com outras Escolas Superiores de Educação (particularmente as 14 Escolas de formação de professores que fazem parte da rede da Associação das Escolas Superiores de Educação). As principais partes interessadas envolvidas na Estratégia Nacional deveriam considerar também formas de apoiar e encorajar a cooperação entre as universidades, e entre as Escolas Superiores de Educação, nomeadamente através da organização de seminários especificamente dedicados a estas instituições. Poderá também ser vantajoso estabelecer um mecanismo de financiamento inicial para incentivar ainda mais estas instituições. Uma abordagem coordenada para a formação inicial de professores é necessária para assegurar que todos os professores de Portugal adquirem competências adequadas e de alta qualidade em Educação para o Desenvolvimento.
12. Para além disto, é necessário assegurar a formação contínua de professores e o desenvolvimento profissional permanente nesta área, através das instituições adequadas.
13. Um dos pontos fortes da Estratégia Nacional Portuguesa é a sua ênfase, desde o princípio, nas questões de acompanhamento, avaliação, investigação e da correspondente aprendizagem em termos de construção de políticas públicas. Isto deveria ser apreciado e partilhado com os outros países envolvidos na elaboração de estratégias nacionais. É também importante que esta prática de acompanhamento, avaliação e melhoria contínua seja integrada em todos os processos de Educação para o Desenvolvimento e de Educação Global, a nível micro, meso e macro.
14. Portugal orgulha-se das suas fortes tradições de participação cívica e da sociedade civil em questões com impacto aos níveis local, nacional e global. Embora uma das forças da Estratégia Nacional tenha sido a inclusão de uma grande variedade de instituições e estruturas representativas, o *feedback* de algumas destas partes interessadas sugere a

existência de um conhecimento limitado entre os cidadãos portugueses sobre a importância desta estratégia e sobre a relação entre a Educação para o Desenvolvimento e a Educação Global e as preocupações às quais a população é altamente sensível (tais como a pobreza local e global; os limites do crescimento; a privatização dos bens e dos serviços públicos; os efeitos negativos da austeridade; a relação entre as políticas macro-económicas globais e regionais; e as questões de igualdade, justiça, distribuição, solidariedade e prosperidade a nível local e nacional). As complexas crises atuais podem constituir uma oportunidade de ligar estas questões às questões que se encontram no âmbito da Estratégia Nacional. Nesta perspectiva, seria importante fazer esforços para dar a conhecer a Educação para o Desenvolvimento e a Educação Global a todas as pessoas em todas as zonas/regiões de Portugal.

15. O forte envolvimento internacional de Portugal no campo da Educação Global e da Educação para o Desenvolvimento com organizações como o GENE, a UE, o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE, o Conselho da Europa e a CONCORD deveria continuar e ser aprofundado. Isto não só aumenta a merecida reputação de Portugal neste campo, como também permite a outros decisores políticos partilhar a aprendizagem da experiência portuguesa.